



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
FATAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNAS

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO ACADÊMICO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
DO COLEGIADO PLENO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ata da primeira sessão ordinária do ano acadêmico de 2025 do Colegiado Pleno do Departamento de Economia e Relações Internacionais, realizada em 27 de março de 2025, às 14h, na sala 201 do bloco G do Centro Socioeconômico.

16 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas,
17 reuniu-se o Colegiado Pleno do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com a
18 presença dos seguintes membros: Arlei Luiz Fachinello, Armando de Melo Lisboa, Breno
19 Paula Magno Fernandez, Camila Feix Vidal, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Cassiano
20 Ricardo Dalberto, Daniel de Santana Vasconcelos, Daniel Ricardo Castelan, Eva Yamila
21 Amanda da Silva Catela, Fábio Pádua dos Santos, Fernando Seabra, Francis Carlo Petterini
22 Lourenço, Graciela de Conti Pagliari, Gueibi Peres Souza, Guilherme Valle Moura, Helberto
23 João França Almeida, Helton Ricardo Ouriques, Jaylson Jair da Silveira, João Frois Caldeira,
24 Juliana Lyra Viggiano Barroso, Lauro Francisco Mattei, Liana Bohn, Marcos Alves Valente,
25 Marialice de Moraes, Mauricio Simiano Nunes, Mónica Salomón González, Nildo Domingos
26 Ouriques, Pedro Luiz Paolino Chaim, Solange Regina Marin e Wagner Leal Arienti. Estiveram
27 presentes os representantes discentes do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE):
28 Joana Lara Fernandes Feller, João Vitor Mello Porcher, Julia Coan Bez Bat, Letícia Schiavo
29 Beckedorf, Pedro Coelho Rosso, Rafael Nicolo Serra Ferreira. Esteve presente o aluno Marcos
30 Vinicius dos Santos, representante discente do Centro Acadêmico Livre de Relações
31 Internacionais (CARI). Esteve presente Kalita Regina da Cruz, representante Técnico
32 administrativo. Justificaram a ausência: Clarissa Franzoi Dri, Eraldo Sérgio Barbosa da Silva,
33 Fred Leite Siqueira Campos, Marcelo Arend, Valdir Alvim da Silva. Dado o quórum suficiente,
34 sob a presidência de Daniel de Santana Vasconcelos, deu-se início à sessão. Foi proposta a
35 inclusão da aprovação da ata da reunião de 29 de novembro de 2024 na pauta do dia. A
36 inclusão foi aprovada sem objeções. **Item 01. Aprovação da ata da reunião do colegiado**
37 **pleno de 29 de novembro de 2024.** Sem manifestações dos membros presentes, o item foi
38 colocado para votação, sendo aprovado por unanimidade. **Item 02. Anuênciia do**
39 **Departamento de Economia e Relações Internacionais à alteração Curricular do Projeto**
40 **Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (Ad Referendum).** Prof. Daniel Vasconcelos
41 relatou que antes eram ofertadas duas disciplinas de Economia para Ciências Contábeis,
42 Teoria econômica e Mercado de Capitais. Na nova proposta será apenas uma disciplina com
43 uma ementa mais abrangente. O prof. Guilherme Valle Moura perguntou se a mesma
44 alteração ocorreu nas disciplinas ofertadas para administração, já que algumas vezes essas
45 disciplinas eram ministradas em conjunto para Administração e Contábeis. O prof. Daniel
46 Vasconcelos informou que a mudança das disciplinas da administração é diferente, mas
47 mercado de capitais também não será mais ministrada. Sem demais manifestações dos

48 membros presentes, o item foi colocado para votação, sendo aprovado por unanimidade.

49 **Item 03. Anuênciā do Departamento de Economia e Relações Internacionais ao novo**

50 **Projeto Pedagógico dos Cursos de Ciências Econômicas – Relator prof. Arlei Luiz Fachinello.**

51 O professor Arlei Fachinello apresentou a proposta de curricularização da extensão,

52 prevendo a ampliação da carga horária de disciplinas de extensão de 72 para 90 horas-aula.

53 Essa decisão já havia sido aprovada em diversas instâncias, mas a anuênciā dos

54 Departamentos é necessária, pois há impacto na carga horária docente. Foram listadas

55 algumas ideias de disciplinas de extensão propostas: Empreendedorismo Econômico e Social

56 para Extensão, Mercado de Capitais para Extensão, Avaliação Econômica de Políticas

57 Públicas para Extensão, Análise de Investimentos para Extensão e Análise Conjuntural para

58 Extensão. O professor Arlei enfatizou a necessidade de considerar futuras contratações para

59 atender à demanda. O professor Wagner enfatiza que sempre apoiou a extensão

60 universitária, mas criticou a regulamentação imposta sem diretrizes claras. Ele destacou que

61 o aumento de carga horária não implica presença contínua em sala de aula, podendo ser

62 distribuída em encontros, visitas e atividades. O professor Arlei esclareceu que a extensão

63 será estruturada como disciplina regular para assegurar participação e cumprimento da

64 carga exigida. O professor Daniel Vasconcelos ressaltou que a implementação da

65 curricularização da extensão ainda gera dúvidas, pois foi imposta sem planejamento prévio.

66 Informou ainda sobre a criação da sala de extensão do CNM para essas atividades. Por fim,

67 destacou-se que a atividade enfrenta desafios devido à limitação do quadro docente. Sem

68 demais manifestações dos membros presentes, o item foi colocado para votação, sendo

69 aprovado por unanimidade. **Item 04. Solicitação de redistribuição para a Universidade de**

70 **Brasília (UnB) de João Frois Caldeira – Relator prof. Pedro Luiz Paolino Chaim.** O professor

71 Pedro prosseguiu com a leitura do parecer, sendo favorável à solicitação de redistribuição

72 para a Universidade de Brasília (UnB) de João Frois Caldeira. O relato foi aprovado por

73 unanimidade. **Item 05. Proposta de contratação de docente aprovado em concurso vigente**

74 - **Solicitação do CALE (Ofício n. 4/2025/CALE).** O prof. Daniel de Santana Vasconcelos

75 informou que na reunião realizada em 29 de novembro de 2024, foi discutido o processo de

76 remoção da professora Camila Feix Vidal. Ficou decidido que seria disponibilizado o primeiro

77 código de vaga do CNM devido às aposentadorias previstas no Departamento. Com a

78 aposentadoria oficializada do professor Luiz Carlos em 18 de fevereiro de 2025, o código de

79 vaga correspondente tornou-se disponível. Em 21 de fevereiro de 2025, o Departamento

80 consultou a PRODEGESP sobre o processo da professora Camila e, nesta semana, foi

81 confirmada a utilização do código de vaga destinado à professora Camila, garantindo sua

82 permanência na UFSC. Adicionalmente, foi informado que estão previstas mais duas

83 aposentadorias: as dos professores Patricia Fonseca Ferreira Arienti e Roberto Meurer. Com

84 a saída de ambos, dois novos códigos de vaga estarão disponíveis. Foi também destacado

85 que há um concurso vigente até 9 de julho de 2025, com dois candidatos aprovados,

86 realizado na mesma época da contratação dos professores Dominik Hartmann, Liana Bohn e

87 Fábio Pádua dos Santos. A presidente do CALE, Joana Feller, destacou a preocupação dos

88 estudantes com o esvaziamento do corpo docente do Departamento e o não cumprimento

89 do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), situação que foi agravada pelas três aposentadorias

90 ocorridas/previstas neste semestre. Diante desse cenário, o CALE propôs a votação para a

91 contratação de professores efetivos, sugerindo, ainda, a convocação dos aprovados no

92 concurso vigente, com o objetivo de reduzir custos e agilizar a reposição do quadro docente.

93 Sobre a situação da professora Camila, o CALE esclareceu que nunca se opôs à sua

94 permanência, mas ressaltou que a docente leciona na área de Relações Internacionais (RI),

95 enquanto o professor Luiz Carlos atuava em Economia. Assim, a redistribuição de vagas e
96 recursos deve garantir um equilíbrio entre as áreas do Departamento. Joana argumentou
97 que as disciplinas anteriormente ministradas pelo professor Luiz Carlos podem ser
98 assumidas pelos aprovados no concurso vigente, assegurando a recomposição do quadro
99 docente de forma adequada. O professor Daniel ressaltou que o professor Luiz Carlos era
100 responsável, entre outras disciplinas, pela Microeconomia III, matéria que também foi
101 ministrada anteriormente pelo professor Silvio, já aposentado. Atualmente, os únicos
102 docentes responsáveis por essa disciplina são os professores Ronivaldo e Gilson, que,
103 embora não sejam exclusivos para a matéria, são os únicos remanescentes disponíveis para
104 a sua oferta regular. Esse fato evidencia a urgência na reposição de docentes, a fim de
105 assegurar a continuidade do curso de forma regular. O professor Helberte solicitou
106 esclarecimentos sobre a contratação de professores substitutos e a situação do professor
107 Milton Biage. Ele mencionou que, no semestre passado e nesse, os alunos ficaram sem
108 cobertura adequada na disciplina de Economia Matemática. O professor Daniel explicou que
109 a nomeação de substitutos depende de cada caso específico e não é um processo imediato.
110 Sobre o professor Milton Biage, o professor Daniel informou que em 10 de março o referido
111 professor comunicou estar em licença médica. A substituta designada para a disciplina não
112 pôde assumir as atividades. Como resultado, a disciplina optativa foi cancelada, e a disciplina
113 de Economia Matemática foi assumida pelo próprio professor Daniel, com o auxílio de um
114 estagiário docente proveniente do PPGEco. O professor Gueibi apresentou dúvidas em
115 relação ao ponto levantado pela discente Joana sobre a capacidade do candidato aprovado
116 no concurso vigente de corresponder à mesma área do professor aposentado Luiz. O
117 professor Gueibi destacou que, caso o docente seja nomeado, existe a possibilidade de que
118 ele não aceite ministrar determinados cursos, o que acarretaria um problema significativo
119 para o Departamento. Ele enfatizou que a discussão sobre a área de atuação dos docentes é
120 fundamental, ainda que, em algumas ocasiões, essa questão seja negligenciada. O professor
121 Gueibi expressou sua opinião de que essa análise deve ser conduzida com maior rigor, para
122 evitar complicações futuras. O professor Francis expressou apoio à demanda do CALE, mas
123 compartilhou a preocupação levantada pelo professor Gueibi quanto à prioridade da área de
124 Desenvolvimento na reposição de docentes. Ele destacou que a decisão deve levar em
125 consideração a dinâmica do curso, as aposentadorias previstas e a estrutura do
126 Departamento, e que ainda não está convencido de que essa área deva ser a prioridade
127 neste momento. O professor Francis ressaltou que a distribuição das vagas deve ser
128 otimizada dentro das restrições existentes, visando garantir a continuidade e o
129 desenvolvimento do curso a longo prazo. Diante disso, ele sugeriu a criação de uma
130 comissão ou outro mecanismo formal que permita documentar e justificar, de forma
131 estruturada, a real necessidade da área antes de tomar a decisão final. O professor Daniel
132 Castelan destacou a importância do momento, considerando que a disponibilidade de
133 quatro vagas representa uma oportunidade crucial para solucionar problemas recorrentes
134 no Departamento. O professor sugeriu a realização de um estudo sistemático dos últimos
135 cinco anos, ou a adoção de outra metodologia que possibilite decisões mais assertivas e
136 seguras. O professor Guilherme Valle Moura manifestou sua oposição à contratação de um
137 novo docente por meio do concurso aberto, justificando sua posição. Primeiro, destacou que
138 o concurso foi iniciado em 2019, em um contexto diferente, agravado pela pandemia, e já
139 resultou na contratação de três professores. Guilherme enfatiza que até o momento o
140 Departamento já contratou três professores a partir desse concurso, o que em termos de
141 utilidade marginal sinaliza que já atendemos a essa necessidade. Embora o professor

142 reconheça a sobrecarga do Departamento, não considera que a admissão de um quarto
143 professor desse concurso seja a melhor solução, especialmente diante da necessidade de
144 reforço em áreas como Mercado de Capitais e Economia Monetária. Ele também apontou
145 dificuldades na alocação de docentes para Microeconomia devido à aposentadoria de
146 professores dessa área. Por isso, defendeu um estudo mais aprofundado para garantir um
147 consenso claro antes de qualquer decisão, evitando decisões precipitadas e garantindo o
148 melhor uso dos recursos humanos do Departamento. O professor Lauro fez uma
149 retrospectiva sobre a história do Departamento, destacando decisões passadas relacionadas
150 à contratação de docentes. Explicou que, entre 2008 e 2009, houve uma decisão no
151 colegiado do Departamento que mantinha a prática de contratar todos os aprovados de um
152 concurso vigente apresentava três argumentos principais: o conhecimento prévio dos
153 candidatos, a agilidade na contratação e a economia, uma vez que a realização de um
154 concurso é dispendiosa. Desde 2009 todos os concursos passaram a ser reaproveitados.
155 Embora a questão da área tenha surgido recentemente, o professor Lauro ressaltou que ela
156 não foi um critério determinante nas contratações anteriores. Ele enfatizou que o
157 Departamento não pode adotar medidas contraditórias, alternando entre ignorar a questão
158 da área e, em outros momentos, utilizá-la como critério impeditivo. Essa abordagem,
159 segundo ele, poderia comprometer a regularidade do processo de concurso. O professor
160 Nildo destacou que o Departamento precisa escolher entre retornar ao modelo anterior
161 adotado em 2008-2009 ou manter o modelo que tem sido seguido até o momento. Caso
162 optemos por continuar com o modelo atual, o professor Nildo considera ético chamar os
163 dois candidatos já aprovados no concurso, pois essa tem sido a regra estabelecida até agora.
164 A proposta do professor Nildo foi: quando há um concurso vigente, as vagas disponíveis
165 devem ser preenchidas, sem exceções. Ele argumentou que respeitar o concurso vigente é
166 essencial para a integridade do processo e para manter a imparcialidade, que é um princípio
167 fundamental. Para futuros concursos, ele sugeriu que se estabeleçam critérios que se
168 apliquem igualmente a todos, evitando incoerências. O professor Maurício argumentou que
169 o colegiado é soberano para decidir se manteremos ou não as regras vigentes. Maurício
170 defendeu que a realização de um estudo é essencial para o Departamento, dado que a
171 Economia é uma área vasta, com muitas especializações. No entanto, ele expressou
172 preocupação com a possibilidade de convocar os dois candidatos aprovados sem uma
173 análise prévia. A discente Joana levantou a questão da alocação dos professores,
174 questionando se todos estão lecionando nas áreas para as quais foram aprovados no
175 concurso. Joana também destacou a urgência da situação, com a principal prioridade sendo
176 garantir o preenchimento rápido das vagas para atender às necessidades dos estudantes. A
177 professora Graciela argumentou que não há necessidade de manter regras estabelecidas há
178 10 ou 12 anos, como se fossem imutáveis, pois as grades curriculares e os perfis dos
179 professores e alunos também mudaram. Ela argumentou que a vida universitária e a
180 dinâmica do Departamento exigem esse processo de revisão e adaptação. A reavaliação
181 dessas questões é vista como essencial, não envolvendo dilemas éticos, mas sim a
182 necessidade de compreender o que o Departamento realmente precisa. O professor Daniel
183 Vasconcelos abordou a questão da correspondência entre a área de concurso e a área de
184 atuação dos professores, destacando que, embora teoricamente válida, essa exigência não
185 se aplica na prática do Departamento. Ele explicou que o Departamento não possui cátedras,
186 mas sim disciplinas, e os professores atuam em várias delas, o que permite flexibilidade na
187 alocação. Além disso, a estrutura do Departamento, que engloba três cursos de graduação e
188 duas pós-graduações, torna a alocação docente mais desafiadora, uma vez que a alocação

da pós-graduação é menos flexível. Em relação à alegada escassez de professores em mercado de capitais, voltou a enfatizar que essa não é mais uma área com deficiência no CNM, principalmente após as reformas do CAD e do CCN que deixam de demandar a disciplina do CNM. Daniel destacou a escassez em áreas como Microeconomia, que enfrenta dificuldades não pela falta de professores, mas pela complexidade de atender aos cursos de graduação e pós-graduação simultaneamente, já que alguns docentes não podem oferecer turmas de graduação devido ao compromisso com a pós-graduação. Mesmo em desenvolvimento, que tantos alegavam ter excesso de docentes, faltou professor no semestre atual, sendo necessário alocar uma professora substituta, o que mostra que a correspondência entre área de entrada e área de atuação não existe. Enfatizou que tentar mapear as deficiências de docentes pela ótica da área do concurso de entrada não revela as reais deficiências do departamento, uma vez que elas aparecem efetivamente no planejamento da oferta de cada semestre, isto é, no planejamento do PAAD. É na hora de alocar os docentes de acordo com as demandas do departamento, em face do PAAD, e dos PTIs dos docentes, que os principais problemas surgem. Em razão disso, concluiu ele, se se fizer uma comissão, a mesma deveria estudar as necessidades do departamento a partir dos planejamentos de oferta e as dificuldades enfrentadas em cada semestre, de 2019 em diante, quando entrou o novo currículo do curso, cujas demandas precisam ser integralmente atendidas. O professor Cassiano trouxe à discussão a questão da coerência no processo de contratação de docentes, questionando a não renovação do concurso de Economia Industrial. Ele apontou que, se uma vaga é uma vaga, ambos os concursos deveriam ter sido renovados igualmente, aproveitando as vagas disponíveis, o que configuraria uma incoerência. O professor Jaylson destacou a necessidade de uma abordagem dinâmica nas decisões de longo prazo, que terão repercussões significativas por 25 a 30 anos. O professor também mencionou a falta de correspondência entre a área de concurso e a demanda de determinadas disciplinas, sugerindo a adoção de critérios mais flexíveis, como o histórico de demandas, para otimizar a alocação de professores. Para ele, o processo decisório deve envolver uma discussão coletiva, garantindo a consistência das decisões. Além disso, Jaylson afirmou que a escolha dos candidatos deve ser fundamentada em um debate bem-informado, utilizando critérios quantitativos e qualitativos. Ele destacou que não seria confortável tomar decisões sem o devido processo de discussão e a coleta das informações necessárias. O professor ressaltou que não há uma questão de hierarquia entre pós-graduação e graduação, mas mencionou que a mobilidade entre professores na pós-graduação é limitada, pois as disciplinas exigem especialização, que é adquirida com o tempo. Em relação à seleção de candidatos, ele alertou que o aspecto pedagógico não pode ser negligenciado. O professor Wagner ressaltou que, ao considerar as áreas de concurso, é crucial levar em conta tanto a flexibilidade quanto o histórico de cada candidato. Ele observou que algumas áreas, como desenvolvimento econômico, demandam uma especialização mais abrangente, enquanto outras exigem um foco mais específico. Sua proposta é que para algumas vagas o concurso deve abranger uma área mais ampla, enquanto para outras, deve ser mais direcionado, conforme as necessidades específicas do Departamento. O professor Guilherme Valle Moura expressou discordância em relação à alegada falta de ética mencionada em discussões anteriores, ressaltando que o concurso público e seus resultados são de domínio público, permitindo uma análise transparente e fundamentada dos perfis dos candidatos. Ele enfatizou que, como membros do colegiado, nossa responsabilidade é representar a Universidade e o CNM, tomando decisões adequadas para o curso, com foco nas suas necessidades e na melhor estruturação do Departamento.

236 Guilherme também observou que a mobilidade dos professores para diferentes disciplinas
237 não é automática e deve ser cuidadosamente ponderada. O professor Lauro criticou a
238 decisão de não chamar todos os candidatos do concurso vigente, considerando-a
239 incoerente, especialmente diante da argumentação de excesso de professores em
240 desenvolvimento, já que eles não ministram exclusivamente as disciplinas de sua área. Ele
241 também mencionou a importância da considerar a temporalidade do concurso para a
242 discussão, já que é válido só até 9 de julho de 2025. O professor Mauricio observou que o
243 problema atual de professores fora de suas áreas de formação pode ser explicado tanto pelo
244 desejo individual dos docentes quanto pela necessidade do Departamento. O professor
245 expressou preocupação com a compatibilidade das áreas de atuação dos candidatos
246 aprovados no concurso de Desenvolvimento econômico com as necessidades do curso de
247 Economia. O professor Francis observou que a reunião poderia ter sido mais produtiva caso
248 houvesse um relator ou uma comissão responsável por apresentar um documento prévio,
249 uma vez que a principal preocupação dos presentes era a falta de informações mínimas
250 necessárias para uma decisão embasada. O professor Nildo discordou da criação da
251 comissão, argumentando que isso poderia comprometer a transparência do processo e a
252 imparcialidade das decisões. Em seguida, o professor Daniel Vasconcelos ressaltou que,
253 como chefe do Departamento, tem o dever de apresentar ao colegiado as demandas
254 encaminhadas pelos membros. A aluna Letícia, representante do CALE, sugeriu submeter à
255 votação do colegiado a criação de uma comissão para avaliar as necessidades do
256 Departamento a partir da demanda nos planejamentos de cada semestre, como havia sido
257 sugerido pelo Prof. Daniel Vasconcelos, fornecendo assim uma base mais sólida para a
258 tomada de decisão. Sem outras manifestações, a proposta foi colocada em votação e
259 aprovada pela maioria, com apenas dois votos contrários. Ficou estabelecido que a comissão
260 terá o prazo de 30 dias para apresentar seus resultados. Nada mais havendo a tratar, o
261 presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, para constar, eu,
262 Kalita Regina da Cruz, lavrei a presente ata. Florianópolis, 27 de março de 2025.

Kalita Regina da Cruz

afastamento

Agripa Faria Alexandre

Daniel Ricardo Castelan

Arlei Luiz Fachinello

afastamento

Danielle Jacon Ayres Pinto

Armando de Melo Lisboa

afastamento

Dominik Hartmann

Brena Paula Magno Fernandez

Ausente/Justificado

Eraldo Sérgio Barbosa da Silva

Camila Feix Vidal

Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Fábio Pádua dos Santos

Cassiano Ricardo Dalberto

Fernando Seabra

Ausente/Justificado

Clarissa Franzoi Dri

Francis Carlo Petterini Lourenço

Ausente/justificado

Daniel de Santana Vasconcelos

Fred Leite Siqueira Campos

ausente

Gilson Geraldino Silva Júnior

Jaylson Jair da Silveira

Graciela de Conti Pagliari

João Frois Caldeira

Gueibi Peres Souza

Juliana Lyra Viggiano Barroso

Guilherme de Oliveira

Karine de Souza Silva

Guilherme Valle Moura

ausente

Helberto João França Almeida

Lauro Francisco Mattei

Helton Ricardo Ouriques

Liana Bohn

afastamento

Ausente

Iara Costa Leite

Jaime César Coelho

Ausente/justificado

afastamento

Marcelo Arend

Márcio Moraes Rutkoski

ausente

Pablo Felipe Bittencourt

ausente

Marco Antonio Siqueira Rodrigues

afastamento

Patricia Fonseca Ferreira Arienti

Marcos Alves Valente

Pedro Luiz Paolino Chaim

Marialice de Moraes

afastamento

Roberto Meurer

Maurício Simiano Nunes

ausente

Ronivaldo Steingraber

afastamento

Michele Romanello

Solange Regina Marin

afastamento

Milton Biage

Ausente/justificado

Valdir Alvim da Silva

Mónica Salomón González

Wagner Leal Arienti

Nildo Domingos Ouriques

Representantes do CALE:

ausente

Joana Lara Fernandes Feller (Titular)

Julia Lucena Picolli (Suplente)

ausente

Julia Coan Bez Bat (Titular)

Tiago Dextré da Silva (Suplente)

ausente

Marcos Rafael Hoffmann (Titular)

Joao Vitor Mello Porcher (Suplente)

ausente

Rafael Nicolo Serra Ferreira (Titular)

Laura Jorge de Oliveira (Suplente)

ausente

Pedro Coelho Losso (Titular)

Vinicio Cibulski Munaro (Suplente)

ausente

Leticia Schiavo Beckedorf (Titular)

Amanda Sobral de Almeida (Suplente)

Representantes do CARI:

ausente

ausente

Stephany Zuqui Biava (Titular)

Mariana Costa Monteiro (Suplente)

ausente

Gustavo Bianchini Vermohlen (Titular)

Marcos Vinicius dos Santos (Suplente)